



PODER

Orçamento: Centrão blinda verbas para aliados

Bolsonaro tem até hoje para sancionar a peça orçamentária. Com a necessidade de cortar R\$ 9 bilhões para ajustar as contas, prioridade do grupo político de sustentação do governo é preservar as emendas de parlamentares fiéis e o valor do Fundo Eleitoral

» JORGE VASCONCELLOS

Marcos Corrêa/PR

O presidente Jair Bolsonaro (PL) tem até hoje para sancionar o Orçamento de 2022, em meio à necessidade de um corte de R\$ 9 bilhões para recompor despesas que foram subestimadas pelo Congresso, conforme recomendação da equipe econômica. Os ajustes deverão ser feitos, mas em conformidade com os interesses do Centrão, bloco político que assumiu o controle da destinação das verbas federais. Em ano de eleições, a maior prioridade será preservar as emendas de parlamentares fiéis ao governo e os recursos para aumentar o valor do fundo eleitoral para R\$ 5,7 bilhões.

Um dos principais caciques do Centrão, o ministro da Casa Civil, **Ciro Nogueira**, está definindo os cortes e optou por enxugar, prioritariamente, recursos de aliados que não votaram totalmente com o governo em 2021. Na semana passada, um decreto presidencial ampliou os poderes de Nogueira na liberação de verbas, o que reduziu ainda mais o raio de ação do ministro da Economia, Paulo Guedes.

O chefe da Casa Civil também é um dos integrantes do recém-criado comitê da campanha à reeleição de Bolsonaro, um grupo com divisões de tarefas já delineadas e que é formado, também, pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto; e pelo ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni (DEM) (**leia reportagem na página 5**). Nesse contexto, o Orçamento deve ser usado para negociar apoios à reeleição de Bolsonaro e de aliados.

Um dos trunfos do governo são os R\$ 16,5 bilhões destinados pelo Congresso para as



O ministro da Casa Civil, **Ciro Nogueira**, um dos caciques do Centrão, assumiu a responsabilidade pelos cortes no Orçamento

chamadas emendas do relator, que distribuem recursos do “orçamento secreto” e são usadas para levar benefícios a redutos eleitorais de parlamentares da base. A orientação do Planalto é de que elas sejam poupadas dos cortes.

Ainda de olho nas urnas, o governo trabalha para turbinar mais o valor do fundo eleitoral, que vai financiar as campanhas dos partidos políticos. No Orçamento 2022, o valor ficou em R\$ 4,9 bilhões, quase R\$ 800

milhões abaixo do que havia determinado o próprio Congresso: R\$ 5,7 bilhões. Segundo o Ministério da Economia, é necessário recompor os recursos para alcançar esse montante.

Dos R\$ 9 bilhões que precisam ser cortados, ao menos R\$ 3 bilhões devem ir para gastos com pessoal, que são obrigatórios. Outros R\$ 5 bilhões devem ampliar as despesas de custeio do próprio Ministério da Economia, cujo orçamento ficou aquém do necessário.

Policiais

Ao sancionar o Orçamento, Bolsonaro poderá incluir no total de cortes os R\$ 1,7 bilhão que haviam sido reservados para o reajuste de funcionários da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional — considerados parte do fundo eleitoral do presidente. Na quarta-feira, o chefe do Executivo anunciou a suspensão do reajuste, no momento em que

as demais categorias do funcionalismo realizam uma onda de protestos para cobrar aumentos salariais (**leia reportagem na página 7**).

O cientista político e pesquisador **Leonardo Queiroz Leite** considera que as discussões em torno do Orçamento 2022 têm priorizado mais as questões eleitorais do que o atendimento às necessidades básicas da população. Segundo ele, isso já era esperado desde que Bolsonaro, em nome da própria sobrevivência



Esse fundo eleitoral de quase R\$ 6 bilhões é o que desmoraliza o governo e a classe política ainda mais. Tantas necessidades no país, a crise econômica, a pandemia, inflação alta, e o governo consegue arrancar R\$ 6 bilhões para fazer eleição"

Leonardo Queiroz Leite,
cientista político

política, entregou ao Centrão o controle da Casa Civil, considerada “o coração do governo”.

“Agora, obviamente, na questão mais técnica, do Orçamento, isso ia acontecer. Em ano de eleição, é um escárnio total, absoluto para a sociedade brasileira. Esse fundo eleitoral de quase R\$ 6 bilhões é o que desmoraliza o governo e a classe política ainda mais”, afirma Leite. “Tantas necessidades no país, a crise econômica, a pandemia, inflação alta, e o governo consegue arrancar R\$ 6 bilhões para fazer eleição. Isso abala a própria democracia no Brasil, porque tudo aos poderosos, e o povo sobrevivendo com auxílios magros, com muita dificuldade, enquanto a classe política se presentia com esse tipo de farra eleitoral”, acrescenta.

PEC para diminuir preço de combustível

» INGRID SOARES

O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que negocia com o Congresso uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para redução do preço dos combustíveis e da energia elétrica ainda neste ano. “Temos uma proposta de emenda à Constituição, que já está sendo negociada com a Câmara e com o Senado, para diminuirmos, ou melhor, podemos ter a possibilidade de praticamente zerarmos os impostos dos combustíveis, o PIS/Cofins”, frisou, em live transmitida do Suriname, na sua primeira viagem internacional em 2022 (**leia reportagem na página 5**). “É uma possibilidade de se conseguir isso para dar um alívio. Se bem que, deixo claro, a questão da inflação está no mundo todo”, acrescentou.

Na quarta-feira, Bolsonaro comentou a iniciativa. “Reconheço a inflação de alimentos, a alta do combustível. Falava-se de uma proposta que poderíamos enviar ao Congresso, que mexe com combustível. Sim, existe essa proposta, não quero entrar em detalhe”, disse, em entrevista ao *Pingo nos Is*. “Nós procuramos reduzir a carga tributária.”

A proposta do governo de zerar as alíquotas de PIS/Cofins sobre gasolina, diesel e etanol reduziria a arrecadação federal em cerca de R\$ 50 bilhões, segundo um integrante da equipe econômica. O impacto para o consumidor, no entanto, seria pequeno: diminuição entre R\$ 0,18 e R\$ 0,20 no preço do litro do combustível. Incluindo a isenção dos impostos federais (PIS/Cofins) cobrados sobre a conta de luz, a perda da arrecadação pode chegar a R\$ 57 bilhões ou ser até maior.

Compensação

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) exige que o governo compense o efeito na arrecadação com redução de um tributo elevando outro. A PEC seria uma forma de driblar essa exigência e permitir, também, que governadores possam isentar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sem fazer compensação, mas, segundo técnicos ouvidos pela reportagem, bastaria a aprovação de lei complementar para dispensar a exigência nesse caso. Técnicos da área econômica são contrários à proposta, por

Crédito: Michel Jesus/Câmara dos Deputados



ser caríssima em termos fiscais para uma redução pequena no preço dos combustíveis.

Quem está à frente das negociações é o líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO). O ministro da Economia, Paulo Guedes, no entanto, foi contrário à ideia de se criar um fundo de estabilização para amortecer as oscilações nos preços dos combustíveis.

Nesta semana, depois de

cochado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que pretende pautar um projeto para diminuir os impactos da alta nos combustíveis. Segundo ele, o tema será submetido aos líderes da Casa em fevereiro.

Lira criticou a postura de governadores e afirmou que cobranças a respeito do tema precisam ser dirigidas ao Senado.

Os gestores estaduais encerraram o congelamento do ICMS sobre os combustíveis, o que foi classificado pelo presidente da Câmara como uma decisão eleitoreira. Segundo o parlamentar, os governadores acusam o Executivo e o Congresso “para fazer uma cortina de fumaça”. (**Com Agência Estado**)

» **Leia mais sobre combustíveis na página 7**

Bolsonaro diz que negocia com Congresso proposta para zerar impostos dos combustíveis

» **CVM: menor verba em 13 anos**

Em meio à alta da Bolsa e da crescente adesão de brasileiros aos investimentos em ações, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão regulador do mercado de capitais, sofreu um corte de quase R\$ 14 milhões em despesas discricionárias, que envolvem a manutenção das atividades, no Orçamento aprovado pelo Congresso e que tem de ser sancionado, hoje, pelo presidente Jair Bolsonaro. Com os cortes, a verba para essas despesas caiu mais da metade e ficou em R\$ 12 milhões. O valor representa o menor orçamento para despesas não obrigatórias em 13 anos, de acordo com o Siga Brasil, sistema mantido pelo Senado. A CVM confirmou a redução e disse, em nota, que, caso o orçamento não seja recomposto, é de “se esperar que os trabalhos da autarquia sejam impactados de forma relevante” este ano.